Declaração de Paramaribo

FÓRUM DE CIDADES AMAZÔNICAS

29 DE OUTUBRO DE 2026 | **PARAMARIBO, SURINAME**

Nós, prefeitos, prefeitas e representantes dos governos locais membros do Fórum de Cidades Amazônicas, reunidos em Paramaribo, Suriname, reiteramos que a Amazônia constitui um patrimônio natural, cultural e econômico fundamental para os países que a compõem e essencial para a estabilidade climática do planeta. Em uma região onde cerca de 70% de seus quase 59 milhões de habitantes — aproximadamente 41 milhões de pessoas — vivem em áreas urbanas, reafirmamos nosso compromisso com uma Amazônia resiliente, inclusiva e próspera, na qual as cidades sejam reconhecidas como atores estratégicos para a proteção da biodiversidade e a promoção de um desenvolvimento socioeconômico e urbano sustentável.

Constatamos que nossas cidades enfrentam desafios próprios da região: a pressão da expansão urbana sobre as florestas e os ecossistemas; os efeitos cada vez mais severos das mudanças climáticas, como secas extremas que interrompem a navegação fluvial e isolam comunidades inteiras, inundações e incêndios florestais; a poluição dos rios e das fontes de água, incluindo aquela associada à mineração ilegal; o déficit de acesso à água potável, ao saneamento e à moradia adequada; a expansão de assentamentos informais; e a presença de economias ilícitas que afetam a segurança de nossas comunidades.

Reconhecemos, ainda, que esses desafios ultrapassam as fronteiras nacionais e administrativas e que seu enfrentamento exige uma governança regional coordenada, capaz de articular as agendas ambientais, econômicas e sociais às nossas realidades urbanas e territoriais.

Para avançar nessa direção, consideramos fundamental:

1. Reconhecer o papel estratégico dos governos locais e dos povos amazônicos na governança regional.

Instamos os governos nacionais a reconhecer as particularidades, necessidades e capacidades dos municípios amazônicos, considerando a diversidade de seus territórios e os desafios institucionais, financeiros e de conectividade que enfrentam.

Reafirmamos a importância de incorporar as perspectivas locais desde a concepção das políticas públicas, dos planos nacionais e de seus marcos legais, por meio de mecanismos permanentes de diálogo, coordenação e participação nos processos de tomada de decisão. Na Amazônia, esse processo deve partir da escuta ativa das comunidades, com especial atenção aos povos indígenas e às comunidades tradicionais, cujos direitos e conhecimentos são fundamentais para o cuidado com o território, e deve garantir a participação das mulheres e dos jovens.

2. Fortalecer as capacidades locais para planejar e estruturar projetos aptos à implementação.

Reconhecemos que a elaboração de planos urbanos e projetos de investimento enfrenta múltiplos desafios, cuja superação exige esforços coordenados entre os diferentes níveis de governo e um acompanhamento adaptado às realidades e capacidades de cada território. Na Amazônia, esse esforço ganha especial relevância diante da diversidade de seus contextos urbanos, ambientais e socioculturais.

Destacamos a importância de fortalecer as capacidades locais para que as cidades possam se desenvolver em harmonia com a natureza, traduzindo as prioridades territoriais em programas e projetos viáveis, com objetivos claros, custos e benefícios definidos, responsabilidades de execução e mecanismos de operação e manutenção de longo prazo. Instamos os governos nacionais, os organismos internacionais, a sociedade civil, a academia, a filantropia e o setor privado a reconhecer o fortalecimento de capacidades como parte integrante do investimento em desenvolvimento urbano sustentável, por meio de assistência técnica continuada e ferramentas adaptadas a cada cidade, como estudos de viabilidade, projetos técnicos, avaliações econômicas e análises de riscos climáticos e de desastres.

Propomos, portanto, que cada governo local priorize, com o apoio de seu governo nacional e de acordo com suas particularidades e capacidades, uma carteira focalizada de projetos tecnicamente estruturados, que possam ser desenvolvidos de forma gradual e escalável.

Reconhecemos que as necessidades são amplas e que as conhecemos de perto. Por isso, a chave está em concentrar esforços e promover ações mais estratégicas e de maior impacto, transformando nossas prioridades em projetos estruturados, financiáveis e sustentáveis, alinhados aos nossos planos de desenvolvimento urbano e de ordenamento territorial, elaborados de acordo com nossas próprias realidades.

3. Priorizar soluções para a resiliência urbana.

Comprometemo-nos a orientar o planejamento e o investimento urbano para modelos de desenvolvimento urbano planejado e compacto, com infraestrutura urbana adequada, a fim de proteger nossas florestas, áreas úmidas e outros ecossistemas sensíveis.

De acordo com a realidade de cada um de nossos territórios, daremos prioridade a projetos que ampliem o acesso à água potável, ao saneamento e à gestão de resíduos sólidos; que promovam soluções de moradia formal dotadas de infraestrutura urbana adequada e previnam a expansão urbana em áreas de risco; que fortaleçam a acessibilidade e a mobilidade fluvial e terrestre; e que reduzam os riscos associados a secas, inundações e incêndios florestais, inclusive por meio de sistemas de alerta precoce e planos de contingência.

Promoveremos o crescimento econômico, as soluções baseadas na natureza e o turismo em harmonia com o território, criando cadeias de valor sustentáveis que gerem empregos locais e valorizem os conhecimentos de nossas comunidades.

4. Ampliar o acesso das cidades amazônicas ao financiamento.

Instamos os governos nacionais, os bancos multilaterais e de desenvolvimento, os fundos climáticos e ambientais e a filantropia a viabilizar mecanismos de acesso direto ou preferencial para os governos locais, incluindo linhas de financiamento subnacional, fundos para a preparação de projetos e modalidades que combinem recursos não reembolsáveis com crédito.

Reconhecendo que a expansão urbana na Amazônia é uma realidade, solicitamos que os mecanismos de financiamento destinados à proteção das florestas e à ação climática reconheçam as cidades como atores fundamentais da solução e incorporem investimentos em infraestrutura urbana sustentável e resiliente, adaptados às particularidades da região e às necessidades de suas populações.

5. Impulsionar a cooperação regional e o aprendizado entre cidades.

Comprometemo-nos a impulsionar a cooperação horizontal entre os governos locais amazônicos para trocar experiências, compartilhar soluções adaptadas a contextos semelhantes e desenvolver ferramentas comuns de planejamento e gestão urbana, com especial atenção à cooperação entre cidades fronteiriças.

Da mesma forma, convidamos os governos nacionais, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Assembleia Geral de Ministros e Autoridades Máximas da Habitação e do Desenvolvimento Urbano da América Latina e do Caribe (MINURVI),

e seu Grupo de Trabalho MINURVI-Amazônico, os organismos multilaterais e o Conselho Técnico Consultivo do Fórum a fortalecer os mecanismos de articulação regional que permitam mobilizar conhecimentos, recursos e assistência técnica em benefício das cidades.

6. Consolidar uma agenda urbana amazônica de longo prazo.

Reafirmamos nosso compromisso com o Fórum de Cidades Amazônicas como espaço de articulação política, cooperação técnica e construção de uma visão compartilhada para o futuro urbano da região, em coordenação com as iniciativas regionais existentes.

Convencidos de que o desenvolvimento urbano sustentável da Amazônia exige cidades fortalecidas e uma governança efetiva entre os diferentes níveis de governo, fazemos um chamado aos nossos parceiros nacionais, regionais e internacionais para impulsionar uma cooperação coordenada e de longo prazo, que responda às prioridades dos governos locais e contribua para o bem-estar das comunidades amazônicas e para a proteção da floresta da qual dependem.

Adotada em Paramaribo, Suriname, em 29 de outubro de 2026, pelos prefeitos e representantes dos governos locais membros do Fórum de Cidades Amazônicas:

1. **Altamira**
2. **Condorcanqui**
3. **Coronel Portillo**
4. **Georgetown**
5. **Guayaramerín**
6. **Inírida**
7. **Lethem**
8. **Leticia**
9. **Manaus**
10. **Maynas**
11. **Milán**
12. **Nickerie**
13. **Palmas**
14. **Palos Blancos**
15. **Pará**
16. **Paramaribo Noord**
17. **Riberalta**
18. **Santarém**
19. **São Gabriel da Cachoeira**
20. **Trinidad**



FÓRUM DE
CIDADES
AMAZÔNICAS